



Anais da Assembléia

A V U L S O

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único — O Art. 64 fica acrescido do seguinte parágrafo, transformando-se o atual parágrafo único em § 1.º.

“Art. 64 - ”

§ 1.º - ”

§ 2.º — Em qualquer hipótese, os vencimentos e vantagens dos servidores do Estado serão atualizados obedecendo a mesma periodicidade que, na forma da lei, for estabelecida para a correção salarial dos trabalhadores geral.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) JOÃO ELÍSIO

Segue apoio de 19 Senhores Deputados.

JUSTIFICATIVA:

Por iniciativa do ilustre Senador Afonso Camargo Neto, apoiada por expressivo número de parlamentares, tramita no Congresso Nacional, sob nº 62, de 1981, proposta de Emenda à Carta Federal, nos mesmos termos da presente.

Trata-se de um clamor nacional e reparação da ostensiva injustiça, de que atualmente são vítimas os servidores da administração pública, vinculados pelo regime estatutário.

Não se pode combater a inflação restringindo despesas com a remuneração de apenas um segmento da força de trabalho nacional, já que o pão de cada dia custa o mesmo para todos.

Esse é o sentido reparador da proposta, que ora submetemos à alta apreciação da Casa.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único - O inciso IX, do Art. 138 da Constituição, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 138 - ... ”

IX — remuneração condigna aos professores cujos vencimentos básicos não serão inferiores a dois e meio salários-mínimos fixados para a Capital”.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

Segue apoio de 21 Senhores Deputados.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda define o que seja remuneração condigna ao professor, a partir de um mínimo de 2,5 salários-mínimos.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único — O Art. 78 da Constituição, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

“Art. 78 - ”

Parágrafo único — Aos funcionários públicos civis e militares, será concedido o décimo terceiro vencimento, inclusive as respectivas vantagens, que será pago juntamente com a remuneração do mês de dezembro”.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1981.

(a) Fidelcino Tolentino.

Segue apoio de 14 Senhores Deputados.

JUSTIFICATIVA:

Estender aos funcionários estatutários - uma minoria hoje entre os servidores do Estado incluindo os “celetistas” - o benefício do 13.º salário, pago a todo assalariado brasileiro, é medida da mais elementar justiça.